

Sindicato cidadão

Revisão tarifária em pauta

Sinergia CUT tem encaminhado contribuições ao terceiro ciclo de revisão tarifária. Saiba a importância delas para a sua vida!

O valor das tarifas de energia elétrica interessa a muita gente. Mas, e as condições de trabalho daqueles que fazem com que a energia chegue até as residências, indústrias e espaços públicos? Este assunto, que tem pouco espaço no noticiário, é uma das bandeiras que o Sinergia CUT tem apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) durante os ciclos de Revisão Tarifária.

Para quem não sabe, a Revisão Tarifária tem o objetivo de obter o equilíbrio das tarifas com base na remuneração dos investimentos das empresas e a cobertura de despesas efetivamente reconhecidas pela Aneel.

É um encontro de contas, realizado em média a cada quatro anos, em que os aumentos abusivos de tarifas são minimizados através de um "reembolso" na conta dos consumidores.

No mês de agosto, o Sinergia CUT esteve presente nas audiências públicas promovidas pela Aneel para discutir a revisão das tarifas da EDP Bandeirante, no dia 16 e da CPFL Piratininga, no dia 17.

Em ambas as audiências, representantes do Sindicato tiveram a oportunidade de fazer intervenções e chamar a atenção da sociedade para a necessidade de mudança no modelo de revisão adotado pela Aneel, que considera os trabalhadores apenas como um dado de despesa e não como um ator social.

"Em momento algum a Aneel considera ouvir a categoria eletricitária e, menos ainda, de conhecer seus processos de negociação coletiva, seu cotidiano nas relações com as empresas, visando, dessa maneira, garantir que a metodologia aplicada considere aspectos importantes do dia-a-dia desse trabalhador no que se refere, principalmente, à jornada e aos processos de trabalho, acidentes, terceirização, precarização, assédio moral, dentre outros", afirma o Sinergia CUT.

A contribuição do Sinergia CUT, elaborada pela área de Novas Tecnologias, apresenta um contraponto crítico aos balanços financeiros apresentados pelas

empresas. Confira:

CPFL Piratininga

Nesta revisão da Piratininga a redução tarifária apresentada pela Aneel é de 8,18% em média, sendo que, para residencial e baixa renda, será de -10,37%. Este terceiro ciclo caracteriza-se como transitório, com dificuldades ainda maiores em termos de assimetria de informações, dados e comparativos.

E mais: quanto ao estabelecimento de metas para o período 2013/2015, a Aneel não exigiu rigor das concessionárias. Isso porque o último DEC de 2011 foi de 6,45 e o proposto para 2015 (o mais rigoroso) é de 7,19. Quanto ao FEC, o índice de 2011 foi de 4,8 e o proposto pela Reguladora para 2015 é de 6,40. "Isso é um absurdo, pois permite à concessionária maior tempo e número de falhas", avalia a direção do Sinergia CUT.

Por outro lado, na avaliação do Sindicato, essa nova metodologia deixa mais explícitos os ganhos de produtividade das empresas, mascarados pelo método anterior.

Analisando os dados do Relatório Anual de 2011 da CPFL Piratininga, de maneira geral, o seu desempenho econômico-financeiro manteve os bons resultados do período anterior (2010) e registrou aumento de 2,22%, tendo encerrado o exercício de 2011 com resultado final líquido de R\$ 308,4 milhões.

O número total de consumidores cresceu apenas 3,04%. O fornecimento de energia teve resultado ainda menor com crescimento de apenas 1,17% no consumo e não acompanhou o crescimento do número de consumidores, sobretudo devido ao fraco desempenho

do segmento industrial, que registrou queda de 5,82%.

Em relação aos trabalhadores, a CPFL Piratininga possui 1.078 empregados, uma queda de 7,15% em comparação com o ano de 2010, quando a empresa tinha 1.161 trabalhadores.

Em resumo: do ponto de vista econômico financeiro a CPFL Piratininga vai muito bem. Já do ponto de vista dos trabalhadores os resultados apresentados em 2011 deixam a desejar e confirmam a tendência de redução de postos de trabalho, rotatividade de mão-de-obra e redução de benefícios, apesar do aumento da produtividade.

E há um agravante: a piora nos indicadores de qualidade. Houve aumento significativo de reclamações junto ao Procon (69,70%) e algum aumento de reclamações junto à justiça (2,41%).



Roberto Claro



Sinergia CUT apresenta a visão dos trabalhadores para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária nas audiências públicas promovidas pela Aneel

Saúde e Segurança para o 4º Ciclo de Revisão Tarifária

Antes das audiências pública de Revisão Tarifária da EDP Bandeirante e CPFL Piratininga, no dia 09 de agosto, o Sinergia CUT esteve presente no ciclo de debates sobre o modelo do setor elétrico brasileiro, promovido pela CPFL Energia. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hubner Moreira, foi convidado para abordar o papel da regulação no setor elétrico brasileiro.

Para o presidente do Sinergia CUT, Jesus Francisco Garcia, a fala mais importante do diretor foi o reconhecimento da luta do Sinergia CUT contra a precarização das condições de trabalho, incluindo as contribuições do

Sindicato no processo de revisão tarifária. "Nelson Hubner informou que para o quarto ciclo de revisão tarifária, a Aneel irá incorporar os índices relacionados à Saúde e Segurança no trabalho das empresas. Consideramos uma vitória, pois esta foi uma sugestão nossa, a partir de intervenções e estudos que apresentamos à Agência desde o primeiro ciclo.", afirma Garcia.

O diretor-geral da Aneel falou também sobre os aspectos estratégicos e político-institucionais do setor e as atribuições da agência reguladora no ordenamento legal da estrutura e do funcionamento do setor elétrico brasileiro.

Já na EDP Bandeirante...

Nesta revisão, a redução tarifária proposta pela Aneel é de 3,55% em média.

Vale observar que, segundo o Relatório anual/2011, do ponto de vista econômico financeiro, tanto o Grupo EDP Energias do Brasil como a distribuidora EDP Bandeirante Energia vão muito bem. No final do ano passado, o Grupo registrou lucro líquido de R\$ 491 milhões, sendo o lucro líquido da Bandeirante de

R\$ 222,9 milhões.

Porém, do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados deixam a desejar e confirmam a tendência de redução de postos de trabalho, rotatividade de mão-de-obra, redução de benefícios, entre outros pontos.

Em 2011 o Grupo encerrou o ano com 10.271 trabalhadores, sendo 2.600 do quadro próprio, 7.485 contratados de terceiros e 186 estagiários. Ou seja, um contingente brutal de trabalhadores terceirizados (cerca de 75% de todo o quadro do Grupo).

Detalhe: na distribuidora EDP Bandeirante a atuação da CIPA deixa a desejar e o Acordo Coletivo de Trabalho é desconhecido pela categoria.

E há, ainda, o elevado número de acidentes envolvendo os trabalhadores, tanto do quadro próprio como terceirizados. Esse número dobrou nos últimos dois anos comparados aos dois anos anteriores. Na série histórica que vai de 1999 a 2011, eles somam 431, ou seja, 71,12% do total de 606 acidentes ocorridos.

Mais: a empresa em 2011 registrou 2.307 reclamações de consumidores na Aneel, um aumento de 14,60% em relação ao mesmo período anterior. Essas e outras ocorrências do dia-a-dia contribuem para um ambiente de tensão entre os trabalhadores, prejuízos e aumento de reclamações dos consumidores.

Destques desta edição

Furnas: protesto nesta segunda

Eletrobras rompe compromisso e determina compensações

Página 03

Terceirização em debate na Alesp

Sinergia CUT participa da criação de fórum

Página 04

AGONTECEU**29 anos de CUT**

Ousadia no lançamento da Rádio Brasil Atual 24 horas

A maior central sindical do Brasil, a CUT - Central Única dos Trabalhadores - completou 29 anos no último dia 28 de agosto. E tomou uma iniciativa ousada: lançou a Rádio Brasil Atual FM 24 horas no ar. O projeto representa a consolidação de uma rede de informação popular feita por trabalhadores, para trabalhadores. Sob a frequência 98,9 FM em São Paulo, 93,3 FM no litoral paulista e 102,7 FM no noroeste paulista, e alcance estimado em 22 milhões de pessoas, a Rádio Brasil Atual já é transmitida em caráter experimental. A rádio teve início há sete anos com o programa Jornal dos Trabalhadores. Agora, faz parte de um empreendimento de comunicação, denominado Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, que une dezenas de entidades sindicais e agrega a Revista do Brasil, jornais regionais impressos, como o ABCD Maior, TV dos Trabalhadores (TVT) e o portal Rede Brasil Atual.

“Com a CUT o Brasil é outro”

A afirmação é de Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, que continua: “A CUT mantém a mesma independência, capacidade de mobilização, pressão e luta da época do seu nascimento, em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. Criada para ser um instrumento de defesa dos direitos da classe trabalhadora e de transformação da sociedade brasileira, a CUT conquista cada vez mais sindicatos de base, participativos, de massa, com ação sindical consistente, organizados a partir do local de trabalho”. Segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, a CUT é a central sindical mais representativa do país. De todos os trabalhadores brasileiros filiados a alguma entidade sindical, 36,68% são representados por um sindicato CUTista.

A CUT e os desafios

“Como representantes da maior e mais combativa central sindical do país, queremos e estamos capacitados para influenciar nos rumos do desenvolvimento econômico e social do Brasil. E isso significa que temos de influenciar na disputa por um projeto de nação que contemple o econômico, o social, a distribuição de renda, a promoção de políticas de igualdade de oportunidades, o fortalecimento da organização sindical e a democratização das relações de trabalho, combate à discriminação e o desenvolvimento de políticas efetivas de proteção dos trabalhadores”, afirma o presidente da CUT.

A CUT de ontem, de hoje e de sempre

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora..

**Escala na Elektro em pauta**

Conforme estabelecido durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, Sinergia CUT, outros sindicatos, Comissão de trabalhadores e representantes da Elektro estão em processo de discussão de possíveis alteração de escala. No último dia 21 de agosto, foi apresentada a seguinte proposta:

✓ A empresa quer implementar no mínimo uma hora de intervalo para repouso e alimentação, inclusive para as atuais escalas 6x8x3/6x8x4 de todas as regiões e também para o COD com uma hora fora da jornada;

✓ Para a Linha-Viva, alterar o atual acordo para implementar 8h de trabalho no domingo. Atualmente a jornada é de 6h (das 7h às 13h);

✓ Flexibilizar a entrada e saída das equipes em até três horas a critério da chefia, com permanência mínima de trinta dias nesta escala. O trabalhador seria avisado com 15 dias de antecedência;

Diante da proposta, o Sinergia CUT questionou como ficaria o registro do intervalo para repouso e alimentação (marcação de ponto) e o retorno das equipes

para as suas respectivas localidades neste período. A empresa respondeu que não haveria mudança. Ou seja: não haverá marcação de ponto para a saída e entrada do almoço.

O Sindicato solicitou esclarecimentos sobre a proposta e exemplos de como ficaria a jornada de trabalho para cada cargo/função antes e depois, caso a proposta da empresa seja implementada.

Em virtude de denúncias que chegaram ao Sinergia CUT, sobre mudanças na escala de trabalho em várias localidades, sem qualquer negociação com o Sindicato, os dirigentes do Sinergia CUT solicitaram à empresa a suspensão imediata dessas alterações unilaterais, sob pena de encerramento do processo negocial, pois elas ferem não apenas o ACT vigente mas também a própria negociação sobre mudanças nas escala.

Em tempo...

O Sinergia CUT enviou carta à empresa e aguarda reunião para discutir o desconto em folha de pagamento referente às horas de mobilização durante o processo de negociação.

Fique de olho: celular e sobreaviso

Segundo o portal Agência Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que o trabalhador que fica à disposição da empresa por meio do telefone celular tem o direito de receber remuneração extra pelas horas de sobreaviso. Apesar do TST já ter estabelecido que o uso do telefone da empresa não é caracterizado como plantão, a partir do momento em que o funcionário fica com sua liberdade de locomoção limitada, ele tem o direito ao pagamento extra.

O caso veio à discussão, quando o chefe do almoxarifado de uma empresa gaúcha portava o celular e ficava à disposição da companhia todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, por ser o único responsável por qualquer movimentação no estoque.

A 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS) concluiu que o funcionário não

tinha plena liberdade nessas horas, que deveriam ser pagas à razão de um terço da hora normal. A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, que apenas limitou o período aos horários e dias de efetivo funcionamento da empresa.

O sobreaviso é caracterizado quando há restrição da liberdade do trabalhador de utilizar seu tempo de folga por determinação do empregador. As horas são remuneradas com valor de um terço da hora normal, e no caso de o empregado ser efetivamente acionado, a remuneração é de hora extra.

Com a introdução de novas tecnologias, o funcionário não é mais obrigado a permanecer em casa à espera de um chamado por telefone fixo. Porém, o uso de bips, pagers e celulares não é suficiente para determinar que o trabalhador esteja de sobreaviso.

PRR da CESP

No último dia 21, o Sinergia CUT e a CESP estiveram reunidos para tratar da PRR 2012. Os representantes da empresa apresentaram indicadores e

metas e informaram que não poderão estabelecer nenhum processo de negociação, pois os números foram aprovados pelo CODEC.

O Sindicato repudiou a atitude da CESP em trazer para a mesa de negociação algo que foi unilateralmente determinado pelo governo do estado, não cabendo aos trabalhadores nenhum espaço para negociar. Mais: cobrou a CESP no sentido de analisar o reembolso de 5% referente ao indicador ISO.

O Sinergia CUT aproveitou para cobrar algumas pendências como a cota da Assistência Médica e Hospitalar. A empresa argumentou que não é possível alterar o atual procedimento, porém com a insistência do Sinergia CUT, os representantes da CESP comprometeram-se a realizar um estudo estabelecendo limite máximo para o desconto, beneficiando parte dos trabalhadores, e tão logo tenha o resultado comunicará ao Sindicato.

O Sinergia CUT cobrou também a implementação da nova tabela de despesas de viagem e a CESP informou que o estudo já está pronto e em vias de ser implementado.

Risco Iminente

Após mais de dez anos cobrando uma solução da empresa e do ex-secretário de energia Mauro Arce, a CESP informou que realizaria reunião com a participação dos sindicatos e dois trabalhadores de cada base sindical para iniciar a discussão sobre este assunto. Aguarde!

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Eétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299;

Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R. Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986; **SindLuz Araraquara** (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato

Redação e diagramação: Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850) e Lillian Parise (MTb 13522)

Fotografia: Roberto Claro **Ilustração:** Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

EXPEDIENTE



CS 2012

Furnas: protesto nesta segunda (03)

Eletrobras trai compromisso firmado e determina que trabalhadores compensem os dias de greve. Assembleias de protesto ocorrem em todas as empresas do Grupo

Os trabalhadores de Furnas e das demais empresas do Sistema Eletrobras participam nesta segunda (03) de assembleias de protesto contra uma atitude autoritária da direção da holding. Ela determinou que os trabalhadores compensassem, a partir do dia 03 de setembro, os dias parados em função da greve realizada durante as negociações salariais.

Para a direção do Sinergia CUT a indignação dos trabalhadores começa na falta de compromisso da Eletrobras, que traiu um acordo feito na mesa de negociação de que os dias parados seriam discutidos 60 dias após o fechamento do acordo.

O comunicado da holding surpreendeu negativamente a categoria e o CNE

que, ao tomar conhecimento do fato, enviou imediatamente um ofício para a Eletrobras solicitando reunião para discutir a questão.

Vale ressaltar que a decisão unilateral da direção da Eletrobras expõe mais uma vez as contradições, a fragilidade e as divisões dentro da atual gestão, pois um segmento sela um acordo com os trabalhadores, para logo em seguida, outro jogar por terra tudo que foi discutido na mesa de negociação.

“A direção da Eletrobras e das empresas não podem impor medidas unilaterais sem cumprir o acordado na mesa de negociação. Nenhum trabalhador deve acatar a determinação da holding sem antes consultar o seu Sin-

dicato”, afirma o CNE. O Coletivo está buscando alternativas para impedir que a categoria seja prejudicada.

“Nossa luta não se encerra com o fechamento do acordo. Ela é permanente, até porque a atual gestão da Eletrobras tem se mostrado pouco confiável. Palavra dada é para ser cumprida”, conclui o CNE.

Quanto ao ACT ...

... os trabalhadores de Furnas aprovaram a proposta da Pauta Específica em assembleias ocorridas nos locais de trabalho da base do Sinergia CUT entre os dias 03 e 06 de agosto. A proposta da Nacional também já havia sido aprovada em julho passado. Os pagamentos das diferenças salariais caíram na conta dos trabalhadores no dia 10 de agosto.

Até quando, AES Tietê?!

Menos de dez dias depois de ser ver obrigada pela Justiça a reintegrar dois trabalhadores aos seus postos de trabalho na usina de Barra Bonita, a AES Tietê colocou na rua outros seis trabalhadores, desfalcando dessa vez as localidades de Água Vermelha, Limeiro e Bauru.

A reintegração de Elde Sandro de Lima e Paulo Henrique Fregonese aconteceu no dia 14 de agosto. Na semana seguinte começaram as demissões nas outras localidades. A justificativa da empresa foi, para a dispensa de alguns, o processo de reestruturação e, para outros, baixo desempenho.

E isso aconteceu exatamente em um período em que a empresa vive seus piores índices de todos os indicadores operacionais devido à falta de mão de obra e intenso processo de precarização das condições de trabalho. E mais: o clima organizacional na AES Tietê também não vai bem, já que os trabalhadores são o tempo todo pressionados, exercem dupla função e os mais experientes são cobrados a treinar os mais novos, entre outros problemas.

Vale ressaltar que, nos últimos 15 meses, outros 12 trabalhadores foram demitidos da geradora. Destes, grande parte foi reintegrada, voltando aos seus postos devido às atuações do Sindicato em defesa do emprego e do cumprimento do Acordo Coletivo.

O Sinergia CUT já enviou carta para a AES Tietê, repudiando essa atitude e solicitando esclarecimentos sobre as demissões. A direção do Sindicato vai se reunir com os trabalhadores demitidos que manifestarem o interesse para definir a ação na Justiça pelo descumprimento de ACT, que determina que demissões devem ser negociadas com o Sindicato.

Demissão em massa na AES Eletropaulo

E o processo de demissões no grupo AES atingiu em cheio o pessoal da Eletropaulo. Nesse último mês, a empresa demitiu vários executivos e dezenas de trabalhadores.

O Sindicato lembra que o ACT dos trabalhadores da Eletropaulo – que não é negociado com o Sinergia CUT – não conta com a cláusula de política de emprego. Por isso, há grande dificuldade de luta pela reintegração de demitidos nessa empresa.

Proposta aprovada na Rizal...

Após a rejeição da proposta em assembleias deliberativas realizadas no dia 14 de agosto, o Sinergia CUT solicitou nova rodada para voltar negociar na Rizal e a proposta finalmente avançou, sendo aprovada nas assembleias realizadas na semana passada.

Com isso, entre outros itens, está garantido aos trabalhadores reajustes equiparados aos da CPFL: 6,3% sobre os salários e 7% sobre o VA. Em relação à PLR, a empresa propôs a

implementação e pagamento em duas etapas: em janeiro e julho de cada ano definindo as metas. A empresa comprometeu-se também a providenciar um novo refeitório em 90 dias.

Mais: em 60 dias, a empresa fará um levantamento dos trabalhadores interessados em ter o plano de saúde. Caso mais de 150 pessoas sinalizem a necessidade de ter um plano, Sindicato e empresa irão retomar a discussão sobre este assunto.

... e também na IE Pinheiros

Entre os dias 28 e 29 de agosto, os trabalhadores da IE Pinheiros aprovaram, por ampla maioria, a última proposta negociada com a empresa, após a mobilização e pressão da categoria.

A quinta rodada ocorreu no dia 23 de agosto, com alteração positiva aos trabalhadores na questão da PLR 2013.

Diante das considerações realizadas pelo Sindicato, a empresa formalizou no acordo o compromisso de discutir a PLR 2013 a partir do próximo mês de outubro. A previsão de antecipação é em setembro de 2013 e pagamento final em março de 2014. O montante da PLR e o valor da antecipação serão definidos nas reuniões de discussão que irão se iniciar em outubro.

Entre os demais itens da proposta aprovada estão: reajuste de 6% nos salá-

rios, de 10% no VA/VRês, Abono de R\$500 em VA/VR a

ser acrescido no valor de Dezembro/2012 e Política de Saúde e Segurança no mesmo padrão da CTEEP.



Pagamentos

A empresa se comprometeu a efetuar o pagamento do quinzenal de setembro, sendo 50% para os trabalhadores da IE Pinheiros na base do Sindicato de Campinas. Os demais ajustes financeiros da proposta final serão creditados no pagamento de setembro. Além disso, a empresa efetuará a devolução do valor do vale transporte que foi cobrado a mais nos meses de junho, julho e agosto.

Bragantina: chega de perseguição e assédio!

Os trabalhadores da Empresa Elétrica Bragantina (EEB) demonstraram a força da união e a disposição de luta realizando um ato em protesto contra as práticas antissindicalistas, demissões arbitrárias, assédio moral e precarização do trabalho. A manifestação ocorreu na manhã do último dia 23 em frente ao portão da empresa.

Tudo porque, dando provas de que essas medidas têm se tornado rotina na Bragantina e, na contramão da responsabilidade social, a empresa demitiu por justa causa, no último dia 20, um electricista de rede lotado em Bragança Paulista.

Vale ressaltar que o trabalhador dispensado, Samuel de Oliveira Carvalho, foi eleito pelos trabalhadores neste ano de 2012 como representante sindical. Porém, apesar de ter sido democraticamente eleito pela categoria, a empresa não reconheceu a legitimidade do processo. Qual o



motivo pra isso?

Mas Samuel também foi vice-presidente da CIPA na gestão 2011/2012, eleito com o maior número de votos na história da EEB. Sua gestão terminou no último mês de julho.

Perseguição, assédio e demissões

O que vem sendo constatado entre os trabalhadores e denunciado ao Sindicato é a prática da atual gestão da EEB de perseguição e assédio moral contra

CURTAS

ACT assinado na AES Tietê...

Sinergia CUT e AES Tietê assinaram no dia 15 de agosto o Acordo Coletivo de Trabalho que terá vigência até 2014, garantindo aos trabalhadores 6,55% de reajuste sobre salários e benefícios, 5% sobre VA e VR e 21,5% para o VA/13º (passando de R\$ 510 para R\$ 620).

Vale lembrar que nas assembleias que aprovaram o novo ACT, realizadas em todas as localidades, foi aprovada também a cobrança de taxa negocial de 6,55% sobre as conquistas do Acordo.

... na CESP...

O ACT negociado entre a CESP e Sindicato foi assinado no dia 20 de julho. Entre outras conquistas foram garantidos reajuste salarial de 6,21%, auxílio alimentação de R\$ 535, cesta básica de R\$ 165 e ampliação do teto para concessão aos salários até R\$ 4.646,90. O auxílio creche será de R\$ 454. E mais: o teto salarial da cesta básica foi alterado, permitindo a inclusão de mais de 40 trabalhadores; o valor da despesa de viagem foi uniformizado e a cláusula de gerenciamento de pessoal com os atuais 2,5% foi mantida.

... na CPFL Energia e Jaguariúna também!

Os novos ACTs referentes às empresas CPFL Energia (database junho) e CPFL Jaguariúna (database abril), amplamente negociados com o Sinergia CUT, foram assinados no dia 06 de agosto.

Com isso, para os trabalhadores da CPFL Energia estão garantidos reajuste salarial de 6,3% (sendo 5,78% de ICV Dieese e 0,49% de aumento real), reajuste de 7% no Auxílio Refeição, Alimentação e no Auxílio Creche, manutenção da política de PLR, quadro mínimo garantido, entre outros itens.

Para o pessoal da Jaguariúna, entre outras conquistas, passa a valer o reajuste salarial de 6%, reajuste médio no VA e VR de 6,90%, de forma que o valor líquido dos 2 benefícios fique em R\$ 360 e PLR 2012 com valor médio de referência de R\$ 3.600.

...e na Elektro

No último dia 06, o Sinergia CUT assinou o termo aditivo ao ACT e o encaminhou para colher assinatura pela direção da Elektro. Após esse procedimento, será reaberto o prazo de adesão para o Programa Especial de Aposentadoria - PEA.

Cecília Gomes

trabalhadores que se dispõem a lutar pelos direitos e interesses da categoria. De acordo com denúncias contra a gerência da empresa, nos últimos três meses, todos aqueles que demonstraram uma maior afinidade com o Sindicato, lutando pelos direitos dos trabalhadores, estão sendo assediados moralmente para que se mantenham à distância do movimento sindical. Detalhe: outras duas demissões ocorreram na Bragantina entre início de julho e 13 de agosto. O Sinergia CUT já está tomando as devidas providências.

Basta!

O Sindicato enviou carta para a Bragantina repudiando a sua atitude e pedindo a desconsideração da demissão. Além disso, denunciará a empresa ao Ministério do Trabalho e na Gerência Regional do Trabalho (GRT) e solicitará a reintegração do trabalhador demitido.

CUT em defesa dos ameaçados pela terceirização

CUT/SP propõe criação de fórum para defender trabalhadores ameaçados pela terceirização

Caso seja aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que pretende normatizar as terceirizações será um desastre para as relações de trabalho do Brasil, estimulando o emprego precário, a “quarteirização” e promovendo retrocesso no desenvolvimento econômico do país. Esta é a conclusão dos representantes das várias entidades que participaram da audiência pública “Precarização do Trabalho – Desafios e Perspectivas”, realizada no dia 16 de agosto na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No alvo das críticas está o Projeto de Lei 4330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PL-GO), assim como o substitutivo apresentado pelo deputado federal Roberto Santiago. Rogério Giannini, secretário de Relações do Trabalho que representou a CUT/SP no evento, classifica as propostas como “projeto do fim do mundo”, tamanha é a gravidade do problema. Por isso, a CUT/SP apresentou a proposta de criação do Fórum Paulista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, já articulada na audiência pública, e que terá foco em ações e numa agenda específica para São Paulo, sobretudo porque o estado concentra terceirizações no serviço público, entre outros setores.

Giannini afirma que o PL 4330/2004 não pretende “normatizar”, mas sim liberar as terceirizações sem restrições.

“O projeto permite que qualquer atividade seja terceirizada, sem distinção entre atividades-fim e atividades-meio”, explica o secretário cutista. O dirigente alerta para o fato de que a terceirização já é uma realidade nefasta no Brasil e que “há um abuso nesse expediente, como comprovam os dados e a fiscalização do trabalho. Hoje, 22% da mão de obra brasileira está terceirizada. Com a aprovação, não ficará pedra sobre pedra no edifício das relações de trabalho”, alertou o dirigente.

A aprovação da Lei 12.690/2012 sobre organização e funcionamento de cooperativas de trabalho, publicada no dia 20 de julho no Diário Oficial da União, também foi alvo de críticas na audiência pública. O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT-SP), que foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, disse que a lei acaba abrindo brechas para a constituição das chamadas “cooperatas”, falsas cooperativas cujo objetivo é burlar a legislação do trabalho.

Terceirização é precarização

O Dr. Paulo Schmitd, vice presidente da Associação Nacional dos Magis-

trados do Trabalho (ANAMATRA), chamou atenção para o impacto econômico do PL e afirma que haverá redução no PIB nacional caso a proposta vire lei porque a massa salarial dos terceirizados é inferior ao dos demais trabalhadores/as da atividade preponderante. O magistrado rebateu o argumento dos empresários que defendem a necessidade de contratar mão de obra especializada, afirmando que isto acontece em apenas 2% dos casos. Nos outros 98% a terceirização atinge atividades essenciais.

O juiz Maximiliano Nagl Garcez, presidente da Associação Latino Americana dos Advogados Trabalhistas, lembrou que a maioria dos acidentes de trabalho atinge trabalhadores/as terceirizados, principalmente com vítimas fatais, e defendeu que tais casos deveriam responsabilizar os empresários por homicídio doloso, ou seja, quando há intenção de matar.

Em sua intervenção durante a audiência, Jesus Francisco Garcia, presidente do Sinergia CUT, disse que as agências reguladoras deveriam considerar a análise dos indicadores de terceirização nos contratos de revisão de tarifa das empresas do setor.

Rogério Giannini destacou que a terceirização é uma das vias que levam ao trabalho escravo e citou o exemplo dos trabalhadores/as bolivianos e africa-

nos residentes em São Paulo. “Os empresários montam linhas de produção de trabalho degradante. São empresas nacionais e internacionais que se organizam com este fim”.

Os efeitos prejudiciais da terceirização no serviço público também foram unânimes entre os participantes da audiência pública. Eles temem tanto pela perda na qualidade dos serviços – incluindo os essenciais como água, eletricidade e telefonia – quanto pela liberação para contratações puramente políticas. “Com a aprovação do PL, vai voltar a ‘cartinha do vereador’, apresentada antigamente para se conseguir emprego público. Os concursos vão acabar e, com menor qualidade na prestação dos serviços, vai piorar a própria relação com a sociedade”, avalia o secretário cutista.

Fórum paulista terá ações e agenda estadual

A audiência pública resultou na elaboração de uma moção de apelo que será enviada à Câmara dos Deputados para alertar sobre o impacto do PL nas relações de trabalho.

Entre outros encaminhamentos, o deputado Marcolino (PT-SP), organizador da audiência pública, relatou que será organizado um ato público nos próximos dias e que, oportunamente, será definida a realização de um seminário para dar continuidade aos debates.



Sinergia CUT esteve presente e contribuiu com o debate realizado na Alesp

Fotos: Roberto Claro



Presidente do Sinergia CUT Jesus Francisco Garcia destaca o impacto das terceirizações no setor elétrico

05 de setembro: Dia Nacional de Mobilização CUT

No próximo 5 de setembro, quarta-feira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizará um Dia Nacional de Mobilização, levando ao Congresso Nacional, suas propostas para fortalecer o protagonismo da classe trabalhadora com um Estado indutor do desenvolvimento, com distribuição de renda e valorização do trabalho, para garantir direitos e ampliar conquistas.

A CUT defende, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), os 10% do PIB para a educação, Piso do Magistério, Carreira e a aprovação do Plano Nacional de Educação. A estas ban-

deiras se somam a defesa do Fim do Fator Previdenciário, a luta contra a idade mínima para a aposentadoria e a desoneração da folha de pagamento, contra a rotatividade no emprego – com a ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho); por Negociação Coletiva no serviço público – com a regulamentação da Convenção 151 da OIT -, e pela revogação do Decreto 7777 - que institucionaliza a substituição de servidores grevistas.

Por justiça social, a CUT se mobiliza pela aprovação da Agenda do Trabalho Decente.



Augusto Coelho